

O FRACASSO ESCOLAR RELEVÂNCIA E INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Diane Maria Kroth Jandt¹
Email: diane.jandt@gmail.com

Prof. Orientadora: IvoneteLunelli Klauck²
Email: ivonete.klauck@unoesc.edu.br

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada no curso de pós Graduação em Prática Pedagógicas Interdisciplinares e a Garantia de Direitos, e aborda a importância do trabalho em equipe entre família e escola no processo de ensino aprendizagem. Tem como parâmetro de estudo, verificar a influência da baixa renda da população envolvida no processo ensino aprendizagem e a influência das políticas públicas no desempenho dos educandos da Educação Básica da Escola Municipal Núcleo Número Um de Cunha Porã/SC, localizada na Rua João Kolln, Bairro Cidade Alta. A amostra é de 10% (12 profissionais da educação), escolhidos aleatoriamente, sendo o critério ter algum envolvimento com crianças beneficiárias do programa bolsa família. A metodologia da pesquisa caracteriza-se de cunho teórico e empírico, tendo caráter qualitativo a partir de uma investigação exploratória e dialética. Os benefícios governamentais são uma garantia de alimentação e acesso a escola com condições mínimas para aquisição de materiais e vestimentas, no intuito de possibilitar acesso educacional de qualidade as crianças de baixa renda.

Palavras chaves: Família. Garantia. Educação.

¹Pós-Graduada em Pedagogia.

²Mestre em educação e professora da UNOESC/SMO.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diante das controversas como: o auxílio as crianças de baixa renda e seu baixo rendimento escolar e falta de apoio, girando em torno do processo ensino aprendizagem do educando com baixa renda e sua situação familiar. Buscou-se uma pesquisa profunda sobre o desempenho escolar, junto a educandos contemplados nos diversos programas governamentais nas políticas públicas. As desigualdades sociais e a influência das Políticas Públicas, fez se necessário um estudo sobre as reais dificuldades apresentadas, pelos alunos e seus familiares no processo ensino aprendizagem, a intervenção das práticas pedagógicas e mudanças nos paradigmas e intervenções interdisciplinares e a garantia da permanência na escola. Se questiona se realmente as políticas públicas possuem alguma influência no processo de aquisição de conhecimento para a vida acadêmica da criança.

O fracasso escolar apresenta-se hoje entre os problemas mais estudados e discutidos do nosso sistema educacional. Porém, o que ocorre muitas vezes é a busca pelos culpados do fracasso, e a partir daí, percebe-se um jogo onde ora se culpa a criança, ora a família, ora determinada classe social, ora todo o sistema econômico, político e social. Mas será que existe mesmo um culpado para a não-aprendizagem? Se a aprendizagem acontece em um vínculo, se ela é um processo que ocorre entre subjetividades, nunca uma única pessoa pode ser culpada. Alicia Fernandez nos lembra que “ a culpa, o considerar culpado, em geral, esta no nível imaginário.”(Fernandes,1994.pag 84). E coloca que o contrário da culpa é a responsabilidade. Para ser responsável por seus atos, é necessário poder sair do lugar da culpa. Sendo omissão familiar, ou desmotivação pessoal ou social. Dado o fracasso escolar em crianças com baixa renda, os reais motivos do fracasso escolar. Percebendo com isso a reprovação repetida por diversos anos. A maioria dessas crianças recebem ajuda governamental, e mesmo assim estão desmotivadas e com sua perspectiva de vida fadada ao fracasso. Possuem acesso a várias possibilidades de melhoria de vida, mas mantem-se ao ritmo onde a desmotivação permeia em seus dias e em seus laços escolares. Espelham-se nos fracassos de seus familiares se querem mudar em busca de uma nova abordagem de sobrevivência sem a permanência e dependência das políticas públicas.

2REFERENCIAL TEÓRICO

Diante de muitas dificuldades a respeito do ensino e educação de qualidade brasileira, como: a pouca participação efetiva da família na escola, a falta de vontade de estudar, a ausência de recursos materiais que são fundamentais para uma educação de qualidade, nos leva a pensar na dificuldades das escolas em elevar a qualidade de ensino. Na Constituição Federal Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo como princípio básico a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; sugere – se que o estado tem o dever de garantir esses direitos sendo que esses não estão sendo atendidas tão pouco benefício as pessoas que dela realmente necessitam. Percebemos que seria quase impossível mudarmos esse conceito, diante da tamanha dificuldade em trazer a motivação aos educandos e também aos professores que reclamam da baixa remuneração. Aos educandos a queixa e de que os pais não tem trabalhos fixos e sem renda e alternativa passa a busca de ajudados programas sociais.

O Bolsa Família é um Programa de renda mínima que integra a complementação de renda ao acesso à educação, assim como a permanência escolar. A bolsa família é a porta de entrada para a cidadania e para uma vida melhor, incentiva os estudos e melhora o rendimento escolar. Os beneficiários do programa são paracrianças de famílias muito pobres que sem o auxílio de uma bolsa mensal provavelmente se evadiriam da escola na ausência de alguém responsável e sem condições de trabalho. O intuito do Programa é elevar o grau de escolaridade e permanência das crianças para aumentar as oportunidades sociais. O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação – Bolsa Escola - está baseado na própria Constituição Federal de 1988, que define, em seu Art. 205, a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família.”

A inclusão escolar dos marginalizados sociais defronta-se com fatores de ordem simbólica, não tratáveis através de medidas regimentais ou pela simples adoção de medidas materiais. Ao contrário, introduzir na escola sujeitos não legitimados em seu conceito instituinte implica legar aos incluídos um espaço vazio, preenchido tão somente por sua presença física, tornando-os eternos

estrangeiros. Conseqüentemente, uma vez como estrangeiros, restará aos incluídos o mesmo sentimento de exclusão que se desejara superar (SENNA, 2007b, p. 163).

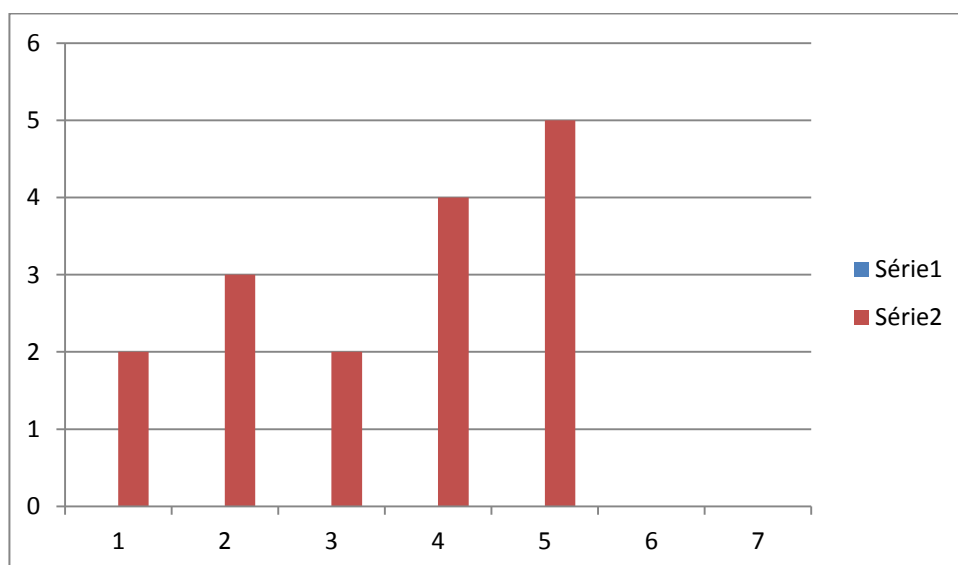
Contudo as políticas públicas voltadas para uma educação inclusiva garantem a estes sujeitos marginalizados uma vaga e até mesmo a sua permanência na escola, entretanto, apesar de todo o esforço político em favor da garantia de direitos, a esses sujeitos não foi garantida a possibilidade de assumirem, de fato, uma identidade legítima enquanto alunos.

Nesse contexto, recebe atenção especial a educação voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã. Para tanto, os dados sobre a realidade brasileira estão a exigir várias mudanças no âmbito cultural, social, econômico e político, sempre em busca de respostas e alternativas para que se atinja um nível de vida de melhor qualidade. O mais indicado instrumento de mudança é a educação. A escolarização, até então uma opção para os mais afortunados, passa a ser determinante para a integração no mundo do trabalho. A escola vai se abrindo ao povo, com o objetivo de introduzi-lo ao mundo urbano civilizado. Sujeito a partir de sua qualificação humana, ou condição acadêmica visa sua maior integração individual e social - instituiu-se no Brasil como instrumento gerador de homens civilizados. Educar era, antes de tudo, crer na possibilidade de vir a ser feliz no contexto de uma sociedade civilizada à luz da cultura moderna. Entretanto, aliado a essa resistência, persiste no brasileiro, a herança de que sua identidade cultural ocupa uma posição de inferioridade diante do modelo científico de pensamento hegemônico.

Muitos educadores consideram que o fracasso escolar provem do baixo rendimento financeiro, em famílias das classes populares, pois os educandos não tem o acompanhamento dos pais devido ao baixo nível de escolarização dos mesmo. Diante disso, Forquin (1995) faz o seguinte questionamento: “ ora, de quem é a culpa e o que fazer se os filhos de trabalhadores braçais não conseguem na escola tão bons resultados quanto os filhos de executivos ou de pais que exercem profissões liberais?” (FORQUIN, 1995, p. 81). A contribuição do Bolsa Família como alternativa de beneficiar famílias de baixa renda, propicia a eles a oportunidade de promoção social, por meio da educação, sendo garantia institucional.

Baseando-se na educação como meio de inclusão social, os órgãos governamentais buscaram novas oportunidades sociais, criando políticas públicas. De maneira geral, as políticas sociais têm por objetivo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. Esses programas são destinados a pessoas de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa Família.

O fracasso escolar pode ser percebido em diferentes situações, em diferentes pontos de vista: sendo por baixo rendimento financeiro, por desmotivação de aprender e de se aprimorar pois os pais também assim não tinham sucesso acadêmico e como consequência da falta de oportunidade por morar em periferia, onde não teriam acesso a escolas de boa qualidade. Nesta busca por um olhar mais crítico em relação a fracasso escolar e sua múltipla rede de determinações Collares (1989), nos aponta que é necessário desmistificar as famosas causas externas do fracasso escolar, relativizando e até mesmo invertendo as muitas formas de compreendê-lo. A atual caracterização do fracasso escolar como "problemas de aprendizagem", por exemplo, desta perspectiva seria pensado como "problema de aquisição de aprendizagem", que não são produzidas exclusivamente dentro da sala de aula. Apresento logo abaixo o gráfico da pesquisa desenvolvida para este artigo, onde se percebe que o professor também não tem conhecimento do real problema que a falta de motivação desencadeia em sala de aula uma mudança de comportamento do indivíduo.



Fonte: Autora (2015)

Outra fator apontado como causador do fracasso escolar se daria em relação a carência alimentar, ou seja as crianças já vem com fome de suas casas, e para terem melhor desempenho escolar teriam que ser alimentadas no momento que viriam para a escola. Partimos de pressuposto de que a culpa seria da família que não estimula, não alimenta e não cuida adequadamente dos filhos, nunca da escola. Classificando as famílias hoje tem outro aspecto familiar, as diferenças familiares estão desestruturadas (pais separados, famílias chefiadas pelas mães) que hoje estão cada vez mais frequentes nas classes altas e baixas, talvez seja um dos causadores da grande procura de auxílio dos programas sociais.

A Formação Integral tem assumido papel cada vez mais central no debate sobre os pressupostos e finalidades da Educação Básica no Brasil. Como concepção de formação e como projeto educacional, ela forma parte da histórica luta pela emancipação humana. Quanto mais integral a formação dos sujeitos, maiores são as possibilidades de criação e transformação da sociedade.

A escola pesquisada foi uma escola municipal do município de Cunha Porã, Escola Núcleo Número Um, 10% dos professores foram pesquisados, atendendo em torno de 550 alunos desse município. Quando questionados sobre o que é fracasso escolar e quem atribui à culpa poderia se abordar que é pela falta do acompanhamento familiar, a falta de planejamento, estudo e dedicação do grupo educacional. Ele nada mais é do que um desestímulo particular e ou grupal de uma sociedade grupal, ou particular, não existe mais entendimento entre escola, pais, alunos e poder público. Se realmente existir apenas um culpado, atribua a gestão escolar, por não conseguir coordenar a responsabilidade de cada um. Difícil apontar culpados, pois todos tem competências a cumprir: alunos, escola, professor, família, sociedade, governo. Sendo que o fracasso escolar ocorre quando o aluno não adquire os conhecimentos necessários propostos. Acredito que não podemos atribuir “alguém” como culpado, pois diversos são os fatores que interferem na aprendizagem. Atribuiria ao aluno não conseguir acompanhar o mínimo de conteúdos estabelecidos.

Frente a essas dúvidas que temos a presença da Bolsa Família, (LEI No 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004) que seria para a permanência das

crianças na escola. Onde a família tem acompanhamento em programas de atendimento a pessoas com alguma vulnerabilidade e baixa renda. Porém isso não fez com que realmente tivesse efetivação da qualidade de educação e melhores condições de moradias se efetivasse, sendo pequena a ajuda pois ainda a renda fica baixa e o número de pessoas na família é grande e precisa de maior demanda de alimentos e vestimentas.

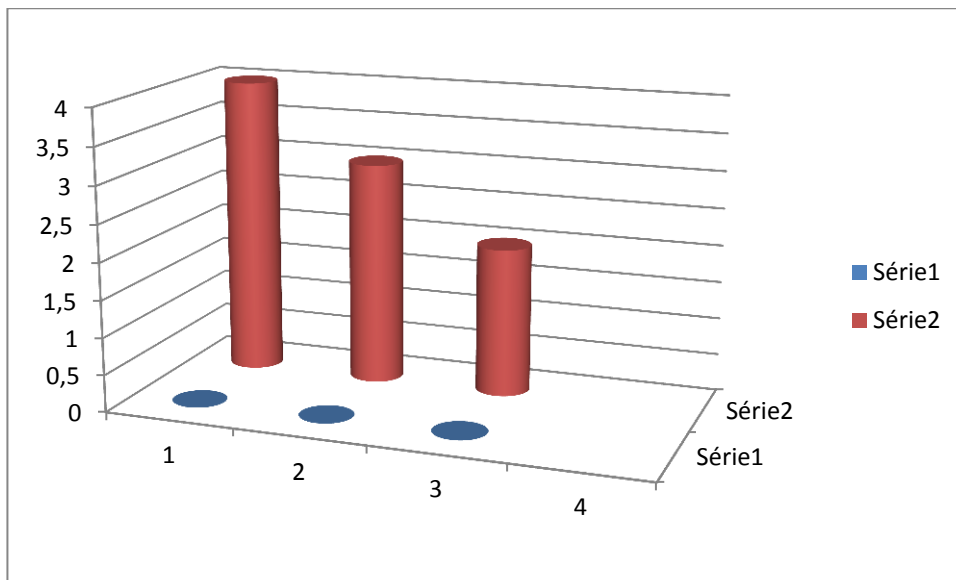
Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família do governo federal, já representam 28% do rendimento das famílias mais pobres brasileiras, e cada vez mais tem aumentado a procura desse auxílio como forma de atendimento temporário mas acaba se consolidando por mais tempo em função de perda de emprego de algum familiar, e para tanto tornasse algo em que não querem perder por terem medo de passar por dificuldades que já passaram em outros momentos de sua vida evitando o abuso do trabalho infantil, para que não aconteça a evasão escolar. Entretanto, a pobreza existe quando as pessoas têm tão pouca renda que não conseguem satisfazer as necessidades socialmente estabelecidas. O melhor é que qualquer medição de pobreza proposta seja construída com base na ideia das capacidades para o indivíduo tenha condições de sair de sua zona de conforto e vá buscar uma nova forma de remuneração e que não fique na espera desse auxílio permanentemente. A escolha de uma linha de pobreza deveria refletir o custo de alcançar as necessidades humanas básicas. A falta de dinheiro para arcar com os custos da educação e a exigência do abandono precoce da escola para entrar no mundo do trabalho são fatos que se repetem em praticamente todos os países do mundo.

A educação compõe um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, devendo ser assegurada pelo poder público, designado para prover as condições necessárias à sua efetivação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. A escola é uma instituição marcante na vida das pessoas, independentemente do ponto de vista político-educacional. Neste espaço, decorrem diferentes tipos de aprendizagens e de socialização entre os seres humanos. Dessa forma, o ensino brasileiro, a partir da Lei 9.394/96 – a –

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quer preparar o aluno para o exercício consciente e pleno da cidadania, qualificando-o para o trabalho, a partir de princípios e bases filosóficas assim configuradas: respeito à igualdade, e à gratuidade do ensino público. Isso tudo para que o aprendizado se efetive, para que o ensino possa ser viabilizado, para que a pesquisa e a divulgação da cultura sejam operacionalizadas, engessando a expressão do pensamento, o desenvolvimento da arte e a obtenção do saber.

A ênfase da investigação centrou-se no Programa Bolsa Família como uma alternativa de inclusão e permanência na escola de alunos de classes menos favorecidas, tendo como fonte a visão dos professores que atuam na docência e em outros serviços escolares. Buscou - se a verificar se o programa Bolsa Família tem contribuído ou não para a manutenção dessas crianças nos bancos escolares. Para diminuir a evasão escolar, foi criado, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o programa “Bolsa Escola Federal”. Programas de distribuição de renda mínima associados à educação, como o Programa Bolsa Família, fazem parte do conjunto de variáveis tanto de caráter pedagógico quanto socioeconômico. Essa política constitui um dos mecanismos utilizados pelo Governo Federal como forma de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola. Os pais tem o dever de manter seus filhos na escola, garantia essa do auxílio do programa, mas tendobaixo rendimento escolar, pois precisam ir a escola por exigência de normas da Bolsa família e garantia de alimentação diária. Onde na realidade estariam nas ruas desassistidas.

Quando estamos desprovidos de bases educacionais, ou de propostas seguras de uma educação de qualidade. Epodemos nos favorecer de ajudas governamentais é claro que o buscaremos para nos sentir inseridos dentro de uma sociedade. Que é classista, que marginaliza os desprovidos ou desfavorecidos. Na escola os desprovidos de base familiar são considerados com pouca iniciativa, com extrema dificuldade de aprendizagem, pois são considerados os com as piores notas, sendo que os professores consideram então de alguma forma desnecessária a ajuda de bolsa família, pois ela não faz com que o individuo sai da zona de conforto e enfrente seu real estado de pobreza, em todos os sentidos: intelectual e financeira.



Fonte: Autora (2015)

Na questão 5 quando questionados sobre a frequência dos educandos na escola foram unânimes em afirmar que muitas vezes as crianças estavam na escola, muitas vezes o aluno está em sala de corpo, porém, com a mente fixada em outro assunto. Atrair uma criança com o “conhecimento” do que está sendo apresentado não é fácil, é difícil segundo eles competir com os atrativos externos onde a rua é muito mais prazerosa que a sala de aula, quanto mais possibilitar ao educando se identificar com a informação a que está sendo passada. A cobrança e exigências do governo acaba trazendo controversas na cobrança efetiva do educando na escola bem como da aprendizagem exigida pelos profissionais da educação. Porém, esses alunos vêm para a escola para apenas somar números nas estatísticas. Normalmente essas crianças dão problema de comportamento, não gostam e não querem estudar. Não se pode generalizar, mas na maioria das vezes são alunos com baixa frequência, que apresentam menor rendimento e disponibilidade de recuperação e busca pelo aprendizado.

Este programa de distribuição faz parte também da variável pedagógica, onde escola, família e governo entrelaçam os processos para que aja encaminhamentos de crianças menos favorecidas e apoio a famílias em vulnerabilidade, preocupando –se como um todo e juntos resolvendo essa disparidade da sociedade. Contudo, para uma educação inclusiva, o desafio principal é instrumentalizar a escola a partir de ferramentas e linguagens que

respeitem a pluralidade dos sujeitos e desmistifiquem a cultura do fracasso escolar.

O entendimento da fragilidade dos argumentos que associam o fracasso escolar a um distúrbio biológico só será possível quando se reconhecer a possibilidade de existência de sujeitos conscientes diferentes daquele sujeito científico cartesiano idealizado. Para a superação do lugar de estranhamento que ocupa o sujeito da educação inclusiva no contexto escolar e esse possa sobrepujar a condição de fracasso escolar, não bastam se abrirem as escolas para os excluídos, é preciso que eles próprios os educandos tenham motivação para superarem essas desigualdades e que isso seja intrínseco que parta dele para que aja a superação que esta relacionada a própria atividade que é vista como um fim e não como um meio para alcançar outros objetivos, seus familiares e seus professores possam reconhecê-los como sujeitos no processo ensino aprendizagem, para que tenham desenvolvimento global.

Porem com essa pesquisa não se busca questionar o recebimento desse auxilio, no entanto para que realmente venha ocorrer mudanças significativas na sociedade devemos considerar esse auxilio como um apoio para a busca de trabalho, que seja temporária, mas não permanente, pois o homem só se tornara um cidadão completo quando estiver inserido no mercado de trabalho, através de um emprego reconhecido e legitimado socialmente garantindo assim seu sustento, bem como de sua família.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas ao longo da historia mostram- se ineficazes, tendo como principio a erradicação da pobreza, pois não superam as desigualdades da pobreza no país, acabam ainda relacionando a baixa renda ao estigma da concepção de favor, perpetuando o pensamento de um programa compensatório, apenas paliativos.

O objetivo dessa proposta (bolsa Família) era amenizar a pobreza, mas não trouxe garantias reais de melhora e permanência das crianças na escola, pois virou um circulo vicioso onde os pais não insistiam na educação, por não acreditarem que ela realmente os livraria da pobreza, tão pouco os livraria da zona dos marginalizados, porem tinham garantia da ajuda governamental tendo

assim acesso a alimentos para saciar sua fome, mas não achavam que o conhecimento, com acesso a escola de qualidade realmente lhes traria melhoria de vida.

O programa Bolsa Família faz parte das Políticas públicas como garantia aos direitos sociais mínimos, surge para esconder a falta de direitos plenos do cidadão, sem o acesso a educação, saúde de qualidade, lazer, habitação, trabalho digno, desviando-se de uma participação eficaz política, como cidadão de opinião e crítico, favorecendo a equidade social, não aceitando seu estado de miséria.

Percebe-se que os recursos transferidos da Bolsa Família, são insuficientes para emancipação social. Somente uma mudança na cultura brasileira com atitudes que priorizassem o trabalho e o humano como algo inerente a ele, onde possa conquistar suas necessidades com trabalho sem ajuda de forma de esmola, onde ele fique eternamente agradecido e essa esmola, mas garanta avanço onde o indivíduo seja capaz de estar bem no estado físico, psíquico e econômico. Que possa ter prazer em conquistar seu espaço em uma sociedade que permita seu potencial, onde se torne um cidadão completo inserido na sociedade democrática.

Ser contrária a ajuda governamental é no mínimo um ato insensato, uma vez que deixaria inúmeras famílias desassistidas, desamparadas, sem condições mínimas de melhoria na qualidade de vida, não tendo garantia de sobrevivência e, quem sabe de reconhecimento da sociedade capitalista onde o lucro é a forma suprema de enriquecimento, deixando de lado o ser humano e seu bem estar completo.

Um conjunto de fatores fazem parte dos avanços e retrocessos da aprendizagem em concordância das políticas públicas, pode-se então sugerir algumas alternativas para que possa ocorrer mudanças nesse paradigma, como rever as propostas pedagógicas no âmbito federal e local para que consiga atender com eficácia a todos os cidadãos e que sejam comprometidas com o processo ensino aprendizagem. A formação de professores também tem sua importância em destacar aqui, pois eles estão diretamente ligados às crianças em estado vulnerável, e as vezes os professores desconhecem os caminhos necessários para ajudar ou propor mudanças dentro do contexto das políticas públicas.

ABSTRACT

This article is the result of a survey conducted in Specialization in Interdisciplinary Pedagogical Practice and the Rights Guarantee, which addresses the importance of teamwork between family and school. This routine is to study parameter, the influence of low income in the learning process and the influence of public policies towards life of Basic Education students of the Municipal School Center Number One Cunha Porã / SC, located in John Kölln Street Neighborhood Uptown. The sample is 10% (around 12 education professionals that primary school), chosen at random, however having some involvement with children who have access to family allowance. The research methodology is characterized theoretical and empirical nature, and qualitative from an exploratory and dialectical investigation. Government aid is a food security and access to school with minimum conditions for the acquisition of materials and clothing. Ensuring educational access quality to low-income children.

Key words: Family. Warranty. Education.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcelo. Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.plano.gov.br>> Acesso em maio 2016.

COLLARES, C. A. L (Org.)Ajudando a desmistificar o fracasso escolar. Toda criança é capaz de aprender? São Paulo: FDE, 1989.

COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO RUMO A 2022, 2006. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em junho de 2016.

FORQUIN, Jean Claude. **Abordagem sociológica do sucesso e do fracasso escolares**: desigualdades de sucesso escolar e origem social. In.: FORQUIN, Jean Claude (Org).Sociologia da Educação : Dez anos de pesquisa. Petrópolis, Vozes , 1995, p. 79-145

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciaisjun2016>

http://www.mds.gov.br/bolsafamilia_16junho_2016

<http://www.brasilsemiseria.gov.br/jun2016>

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/abril/bolsa-familia-contribui-para-reduzir-evasao-escolar-de-jovens-aponta-pesquisa>

SENNA, Maria de Castro Maia, et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, jun. 2007.

WEISZ, Telma. Ana Teberosky. José Rivero. **Alfabetização no contextodas políticas públicas.** Profa/mec